

O FUTURO

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO - PCBR

TIREM AS MÃOS DA AMÉRICA LATINA!

O imperialismo estadunidense, incapaz de persuadir por meio do ferramental econômico que dispõe e dos ativos de sua própria indústria, recorre à força militar para impor seus interesses e conter a mudança no equilíbrio de poder global. Esta nova fase do imperialismo estadunidense é marcada por uma transição da primazia do econômico para uma postura mais abertamente bélica, fruto da crise de sua hegemonia e do avanço do capital chinês. A incapacidade do mundo de impedir concretamente uma intervenção militar norte-americana expõe a fragilidade da “multipolaridade” e a ineficácia dos organismos inter-

nacionais, sobretudo, dos blocos russo e chinês.

A solidariedade com o povo venezuelano é uma necessidade imperiosa e uma resposta contundente à agressão imperialista é crucial para a defesa da soberania e da paz não somente na América Latina, mas no mundo. A luta contra a agressão na Venezuela é, em última instância, a luta pela derrubada do capitalismo em decadência. A unidade da classe trabalhadora mundial contra a barbárie imperialista é o único caminho para garantir a construção de um futuro socialista para os povos oprimidos, livre da exploração e da guerra. **pág 10**

POR UMA CANDIDATURA A SERVIÇO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

O Brasil e o mundo atravessam uma crise do capitalismo. Não se trata de uma crise passageira ou de má gestão, mas da própria essência do capitalismo e do imperialismo, que se alimenta do sofrimento, da pobreza, da fome, da guerra para subjugar os trabalhadores do mundo todo. O papel da esquerda não pode ser o de tentar salvar esse sistema, mas o de ajudar a derrotá-lo. Um dos sinais de como esse sistema está podre é o estado do nosso Congresso Nacional e de toda a política institucional brasileira. Poucos parlamentares hoje tem um compromisso incondicional com a classe trabalhadora, com os movimentos sociais, com as lutas por uma

nova sociedade. É possível um deputado realmente a serviço da classe trabalhadora e da transformação radical da sociedade?

O PCBR ainda não possui legenda eleitoral. Mas isso não pode ser um empecilho para a necessidade de termos um deputado comunista no Congresso Nacional. Hoje, a melhor forma de essa necessidade se tornar realidade é a filiação democrática de Jones Manoel para ser candidato a deputado federal pelo PSOL em Pernambuco. Nós nos somamos às milhares de vozes que sabem que precisamos de um mandato a serviço dos trabalhadores e que esse mandato será possível quando Jones Manoel for eleito. **pág 3**



Foto: Madu de Sousa/Jornal O Futuro

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA:

Secretário Geral do PCBR responde artigo escrito pelo Presidente Lula. **pág 3**

GREVE DOS PETROLEIROS:

Trabalhadores mobilizados expõem lucros recordes, repressão judicial e recuo da Federação Única dos Petroleiros. **pág 5**

TERRA E SANGUE:

Assassinatos no campo dobram em 2025, com a maioria de sem-terra, indígenas e posseiros. **pág 8**

HÁ ALTERNATIVA NO DF!

Propondo mobilização pela base, oposição inscreve chapa para as eleições do Sindicato dos Bancários de Brasília. **pág 12**

Editorial

Contra a barbárie capitalista e pela revolução brasileira!

Os acontecimentos do início de 2026 confirmaram aquilo que o movimento comunista brasileiro vem denunciando há décadas: não há alternativa de transformação social sob o capitalismo. A conjuntura expressa nos conflitos interimperialistas recentes são expressão direta de um sistema em decomposição, que aprofunda a exploração do trabalho, intensifica a guerra, devasta territórios e empurra milhões para a miséria. O imperialismo tem encontrado as mais perversas formas de voltar-se cada vez mais para a força militar aberta. As recentes ofensivas dos Estados Unidos da América (EUA) contra os povos e nações da América Latina expõem a falência das ilusões na multipolaridade, nos organismos internacionais e acordos de integração regional. A Organização das Nações Unidas (ONU) e todo o aparato do direito internacional não passam de um engodo. Nesse cenário, a Venezuela – sobretudo a classe trabalhadora venezuelana – segue sendo alvo dessa ofensiva.

No Brasil, o Congresso Nacional é uma parte expressiva dessa caracterização: não apenas são inimigos do povo por escolha individual de cada um, mas porque o sistema capitalista se fundamenta na ditadura do capital que funciona por meio de um parlamento capaz de fazer a defesa dos interesses do capital financeiro, do agronegócio e do imperialismo. É nesse sentido que defendemos a necessidade de um mandato comunista para deputado.

Reforçamos o chamado para o ano eleitoral de 2026: é tarefa dos comunistas utilizar o processo eleitoral como tribuna de agitação e propaganda proletária, subordinando a intervenção institucional à estratégia de organização independente da classe trabalhadora e à luta pela derrubada da burguesia e de seu Estado. Isso implica construir uma alternativa eleitoral revolucionária e socialista para os cargos majoritários, capaz de enfrentar a falsa polarização entre frações da burguesia, e avançar na unidade de ação entre as organizações verdadeiramente independentes do capital. No terreno das eleições proporcionais, a apresentação da candidatura do camarada Jones Manoel à Câmara dos Deputados, como tribuna comunista a serviço do Programa do PCBR se coloca como instrumento de denúncia, organização e elevação da consciência de classe. Trabalhar por essa candidatura, preservando a independência política do Partido, ao mesmo tempo em que se articulam apoios a outras candidaturas socialistas e anti-capitalistas, é parte de uma tarefa maior: afirmar, no coração da crise do regime e da disputa eleitoral, que a classe trabalhadora precisa de seu próprio projeto de poder, de sua própria estratégia e de sua própria organização.

O ano de 2026 está apenas começando, mas já demonstra que os comunistas terão muitas tarefas à frente. Do 8 de março, dia de luta das mulheres trabalhadoras, ao 20 de Novembro pela consciência negra, passando pelo Dia Internacional do Trabalhador, pelo Grito dos Excluídos e tantas outras datas do calendário de lutas: devemos fazer deste um ano em que o proletariado esteja mais perto de sua tarefa histórica de condução e direção de um processo revolucionário.

Cultura e Movimentos Sociais

Trabalho infantil é realidade no Carnaval

Por trás da celebração popular que ocupa um lugar central na identidade cultural brasileira e mobiliza milhões de pessoas todos os anos persistem desigualdades profundas que não podem ser ignoradas

O Brasil é mundialmente conhecido pela exuberância do Carnaval, demarcado enquanto momento de alegria, cultura e identidade nacional. Contudo, longe dos holofotes, a maior festa do país acontece sob a precarização do trabalho – e, em muitos casos, pela exploração da mão de obra infantil. Durante os circuitos carnavalescos, é um cenário bastante comum encontrar crianças vendendo bebidas, alimentos ou até mesmo auxiliando a puxar as cordas dos blocos. Enquanto aqueles que lucram se divertem com o espetáculo, crianças e adolescentes seguem com trabalho excessivo, impondo-lhes um ritmo antecipado de desgaste do corpo e da vida.

Essas atividades acontecem de forma naturalizada, sob um discurso de que esse tipo de ocupação é a melhor saída para crianças pobres, em sua grande maioria, negras. O discurso “melhor trabalhar do que roubar” surge como forma de ocultar a violência do Estado sobre a infância e mascara a lógica capitalista que lança mão de obra sem qualquer diferenciação entre idade ou sexo. Os filhos e filhas da classe trabalhadora são expostos à precarização, onde se tornam unicamente instrumento funcional do processo produtivo, desprovidos da sua dimensão humana e social, que em um processo de subordinação da vida de crianças e adolescentes às exigências do capital, transforma cada membro das famílias operárias em vendedor da sua força de trabalho.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) – Trabalho de Crianças e Adolescentes, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esboça-se que a jornada semanal de pessoas em trabalho infantil aumenta conforme a idade, e, para a faixa entre 16 e 17 anos, 49,2% trabalhavam pelo menos 25 horas, enquanto 30,3% trabalhavam 40 horas, podendo chegar a mais. No Carnaval essa lógica se intensifica com a promessa de uma renda imediata. A informalidade generalizada cresce e permite reduzir custos com jornadas excessivas e a incorporação do trabalho infantil, sem garantia de direitos ou proteção.

Em 2025 mais de 300 trabalhadores foram resgatados de trabalho análogo à escravidão em Salvador e em 2023 houve flagrante de trabalhadores sendo escravizados no festival Lollapalooza em São Paulo. Empresas como a Time 4 Fun e a Ambev se beneficiam da exploração dessas pessoas e, apesar de terem sido notificadas, seguem lucrando nos espaços das festas populares. O investimento anual milionário que Ambev faz nos blocos de carnaval se explica pela exclusividade que a empresa tem na venda de bebidas, garantida pela “parceria” que faz com as prefeituras.

Em consonância, o Estado atua de forma ambígua, sem intervir diretamente nas superestruturas de exploração do trabalho infantil, prevalecendo as ações pontuais, fiscalizações esporádicas, ou uma política repressiva que culpabiliza as famílias pobres por meio da assistência social ao invés de enfrentar as causas do problema.

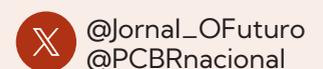
Sem qualquer consideração pela saúde, lazer e educação das crianças e adolescentes, o trabalho infantil é a reprodução da desigualdade social. É imprescindível romper com a tradição enraizada de estratégia de sobrevivência sustentada às custas da exploração infantil. Quando o brilho do Carnaval passa, a exploração permanece, e para além do momento de celebração, este também é o espaço de conscientização e crítica radical sobre o modelo de sociedade que transforma a vida em mercadoria.

O Carnaval ocupa um lugar central na identidade cultural brasileira e mobiliza milhões de pessoas todos os anos. No entanto, por trás da celebração popular, persistem desigualdades profundas que não podem ser ignoradas. Ambulantes que garantem o funcionamento da festa trabalham, em muitos casos, sob jornadas exaustivas, sem garantias mínimas de direitos ou segurança. Essa realidade atinge de maneira mais dura a juventude e a população negra, evidenciando como a informalidade do trabalho dificulta a organização coletiva e alimenta estruturas contínuas de exploração.

CONTRIBUA PARA A SEDE NACIONAL DO PCBR EM SP

Ajude-nos a construir um ponto de referência para a luta de classes em São Paulo e fortaleça a luta revolucionária no Brasil!

PIX: SEDE.PCBR@GMAIL.COM



Leia também pela internet: jornalofuturo.com.br

Luta Ideológica

Lula e a distribuição de renda: como criar ilusões sobre um “capitalismo humanizado”

Por Gabriel Lazzari,
Secretário Geral do PCBR

Em dezembro de 2025, a Carta Capital lançou, com grande destaque, um “artigo” escrito pelo presidente da República, “O crescimento vem da distribuição”. Tratado com pompa e circunstância pela mídia governista, Lula trabalha para, mais uma vez, apontar para os problemas secundários como se fossem principais e simplesmente se calar sobre os problemas principais de fato. O Brasil pintado por Lula é um sonho alucinado, que parece querer impor à realidade social brasileira uma máscara de sucesso e avanço que absolutamente não se verifica na sociedade.

A crise internacional do capitalismo aumentou o fardo sobre os ombros dos trabalhadores. Desde que esse ciclo se iniciou, em 2008, só o que vemos são cortes de direitos e ataques diretos à população trabalhadora, em nível global. No Brasil de Lula, existe “valorização dos trabalhadores” e “reconhecimento do andar de baixo”; no mundo real, vimos a Reforma Trabalhista de 2017 acabar com uma série de proteção aos trabalhadores, dificultando a sindicalização, permitindo a terceirização irrestrita e abrindo espaço para a “pejotização”, que nada mais é do que fraude trabalhista.

Os dados do desemprego, mencionados pelo presidente, são um resultado direto disso: dos aproximadamente 100 milhões de “ocupados”, 38% são de trabalhadores na informalidade, sem proteção previdenciária ou direitos trabalhistas. Além disso, as estatísticas oficiais do desemprego não incluem os “desalentados”, considerados aqueles que já desistiram de buscar emprego, que somam mais de 2 milhões de brasileiros.

Se nos dados sobre valorização do trabalhador já podemos ver o quão equivocado é a visão de Lula, a situação torna-se ainda pior quando ele defende, em seu artigo, o Novo Teto de Gastos. Falando em “tirar o país do caos orçamentário” “sem precisar parar o investimento”, Lula simplesmente mente. O Novo Teto de Gastos exige da União um retrocesso nos investimentos públicos, que tem afetado diretamente os direitos sociais – vejamos por exemplo, a política de aumento do salário mínimo, que segue insuficiente para o sustento digno de qualquer pessoa, ou os cortes no orçamento para a educação. Além disso, o que o presidente omite em seu artigo é que uma parte significativa dos “investimentos” sob o Novo Teto de Gastos está direcionada à privatização de empresas públicas, em diversos casos com investimento do BNDES. Mesmo para quem defende que o foco deva ser a “redistribuição de renda”, a política do atual governo caminha no sentido contrário.

Mas, sob uma visão científica, a desigualdade de renda não é senão um sintoma do próprio modo de produção capitalista. Para Lula, emulando o receituário

neoliberal, “Quando os mais pobres têm mais renda disponível [...] o mercado de consumo se aquece, puxa a produção e a geração de empregos”. A “renda disponível” do presidente não é o aumento da força da classe trabalhadora a partir da luta de classes, que se reflete em ganhos salariais reais, mas desoneração de impostos.

Além disso, o “ciclo vicioso” é, mesmo nos melhores casos, uma ilusão na estabilidade do capitalismo: o “puxar da produção” e a “geração de empregos” só se produzem se existe uma vantagem concorrencial, ou seja, uma taxa de lucro média sendo produzida por esses setores que compense esse investimento pelos capitalistas. Mesmo nesse caso, as próprias contradições do capitalismo geram um novo momento de queda da taxa de lucro média e um novo ciclo de superprodução e crise. As “esperanças” do presidente em um capitalismo que cresça para sempre não passam de uma fantasia e acabam por desviar os trabalhadores da luta contra os próprios capitalistas.

Se isso é verdade para qualquer país, a economia monopolista dependente do Brasil ainda enfrenta outras contradições: a burguesia brasileira, ao mesmo tempo sócia subordinada do grande capital imperialista e, ela própria, buscando expandir seus capitais para outros países, busca extrair ainda mais valor do trabalho, para financiar sua posição historicamente subordinada nas disputas globais em um outro patamar. O papel intermediário do Brasil na cadeia imperialista global produz precisamente os interesses da nossa burguesia, que, diferentemente do que coloca o presidente, tem avançado rapidamente contra conquistas históricas da classe trabalhadora.

A solução não é a da distribuição de renda. Mesmo como paliativo, essa visão apenas desarma os trabalhadores para a próxima crise que virá, porque o capitalismo é um sistema que se reproduz exatamente através de crises cíclicas, não pode ser “humanizado”. Isso não quer dizer que não desejemos que a situação da classe trabalhadora melhore, mas não podemos dourar a pílula – a distribuição de renda que não seja fruto da luta dos trabalhadores não desenvolve entre a nossa classe as condições subjetivas de que precisemos, ou seja, a consciência e a organização dos trabalhadores não para reformar o capitalismo, mas para acabar com ele, para uma Revolução Socialista no Brasil.

É apenas no curso da construção do socialismo que o crescimento econômico pode, de fato, ser benéfico para toda a sociedade. Não por ele vir “da distribuição”, como quer Lula, mas por efetivamente o controle operário e o planejamento centralizado darem as condições para que esse crescimento seja feito nos interesses dos trabalhadores e não da geração de lucro para os monopólios.

Política

Por uma candidatura a serviço da Revolução Brasileira: Jones Manoel deve ser candidato a deputado!

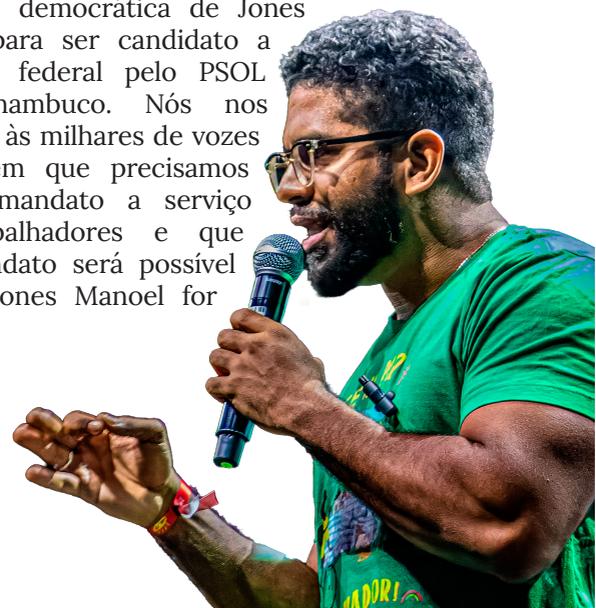
O Brasil e o mundo atravessam uma crise do capitalismo, marcada pela intensificação da exploração do trabalho, pela precarização generalizada, pelo aprofundamento da desigualdade social, pela devastação ambiental e pela polarização eleitoral entre “progressistas” e “fascistas”, ambos com projetos diferentes de gestão da ordem burguesa. Não se trata de uma crise passageira ou de má gestão, mas da própria essência do capitalismo e do imperialismo, que se alimenta do sofrimento, da pobreza, da fome, da guerra para subjugar os trabalhadores do mundo todo.

O papel da esquerda não pode ser o de tentar salvar esse sistema, mas o de ajudar a derrotá-lo. Um dos sinais de como esse sistema está podre é o estado do nosso Congresso Nacional e de toda a política institucional brasileira. Poucos parlamentares hoje tem um compromisso incondicional com a classe trabalhadora, com os movimentos sociais, com as lutas por uma nova sociedade. É possível um deputado realmente a serviço da classe trabalhadora e da transformação radical da sociedade?

Nós temos a certeza de que sim, é possível. É possível termos, como em outros tempos tivemos Carlos Marighella, Jorge Amado, Luís Carlos Prestes, um deputado comunista no Congresso Nacional. Um deputado comunista não é um “fazedor de leis”, mas a voz da luta dos trabalhadores, que utiliza a tribuna parlamentar para denunciar o caráter de classe do Estado burguês; desmascarar as ilusões reformistas e a conciliação de classes; dar visibilidade às lutas concretas dos trabalhadores, da juventude, das mulheres, da população negra e periférica; fortalecer a organização independente da classe trabalhadora, dentro e fora do parlamento; e subordinar a ação institucional à estratégia da transformação revolucionária da sociedade, à Revolução Brasileira e à construção do socialismo.

Hoje, o nome para essa tarefa é o de Jones Manoel. É exatamente esse papel que Jones Manoel reúne condições políticas, teóricas e militantes para cumprir. Intelectual marxista reconhecido, militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) consequente e voz combativa contra o reformismo, o liberalismo, o imperialismo e a extrema direita, Jones pode representar uma candidatura classista, socialista e sem ambiguidades, capaz de dialogar com amplos setores da juventude e da classe trabalhadora sem abrir mão da independência política.

O PCBR ainda não possui legenda eleitoral. Mas isso não pode ser um empecilho para a necessidade de termos um deputado comunista no Congresso Nacional. Hoje, a melhor forma de essa necessidade se tornar realidade é a filiação democrática de Jones Manoel para ser candidato a deputado federal pelo PSOL em Pernambuco. Nós nos somamos às milhares de vozes que sabem que precisamos de um mandato a serviço dos trabalhadores e que esse mandato será possível quando Jones Manoel for eleito.



Economia

A LOA de 2026 e a gestão petista da austeridade

Apresentada pelo governo Lula como expressão de responsabilidade fiscal aliada à justiça social, a Lei Orçamentária Anual de 2026 revela, na prática, a continuidade de uma política de austeridade reformulada

A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026, sancionada pelo governo Lula, é apresentada oficialmente como prova de responsabilidade fiscal combinada com sensibilidade social. Nesse sentido, restringindo todo o orçamento está o novo arcabouço fiscal, que substituiu o teto de gastos do governo Temer, sendo apresentado pelo governo petista como superação da austeridade neoliberal de 2016 a 2022.

Na prática, ele apenas a reformula. A lógica permanece intacta, os direitos sociais devem se submeter aos limites fiscais, saúde, educação e salários se transformam em meras variáveis de ajuste para cumprir a meta fiscal do governo. Assim, o efeito é uma austeridade com discurso social, que preserva a essência da política econômica benéfica aos grandes empresários e a legítima sob uma retórica progressista.

No campo da saúde, os aumentos reais previstos na LOA são majoritariamente determinados por pisos constitucionais vinculados à arrecadação, e não por uma decisão política de expansão estrutural. O SUS segue operando no limite, com serviços precarizados, trabalhadores sobrecarregados e crescente espaço para a mercantilização da saúde. O mesmo se aplica à educação. Apesar do aumento orçamentário, universidades federais continuam sob restrições, com cortes pontuais, precarização do trabalho docente e dependência de emendas parlamentares.

Em conjunto, o reajuste do salário mínimo para R\$ 1.621 sintetiza o caráter rebaixado do orçamento. O aumento repõe a inflação e concede um ganho real limitado, mas rigidamente condicionado às regras fiscais. Trata-se de um reajuste que administra a pobreza salarial, sem enfrentar questões como desigualdade de renda. A distância entre o salário mínimo legal e o salário necessário para uma vida digna permanece abissal (afinal, todos concordam que é impossível, com dignidade, manter uma família com o atual salário mínimo), evidenciando a exploração característica do capitalismo dependente brasileiro.

Essa combinação de aumentos marginais e limites rígidos cumpre uma função precisa, o pe-



O presidente Lula, o vice-presidente Alckmin, e o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, durante cerimônia para anúncio da Rede Nacional de Hospitais e Serviços Inteligentes do SUS. Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil/Reprodução.

tismo reafirma sua estratégia de contenção do conflito social, oferecendo melhorias mínimas aos trabalhadores enquanto preserva integralmente os interesses do capital. Portanto, a tarefa histórica dos comunistas não é celebrar esse orçamento, nem apenas disputar suas margens. É organizar a classe trabalhadora para superar o sistema que o produz.

A privatização silenciosa da saúde

Embora o governo Lula reafirme discursivamente a defesa do SUS público e universal, sua política concreta não apenas tolera como também sustenta a expansão silenciosa do setor privado no interior do sistema público de saúde.

Em primeiro lugar, o governo mantém e amplia o modelo das Organizações Sociais (OSs), contratos de gestão e fundações privadas, que transferem a administração de unidades públicas para entes privados. Esse modelo, consolidado desde os anos 1990, não é proibido, apesar de evidências recorrentes de precarização do trabalho, opacidade nos contratos e redução do controle social. Ao preservá-lo, o governo legitima a lógica empresarial na gestão do SUS.

Em segundo lugar, há continuidade nas parcerias público-privadas (PPPs) e na contratação de serviços privados para suprir falhas

do sistema público, sobretudo na média e alta complexidade. Em vez de investir estruturalmente na expansão da rede estatal, o orçamento recorre ao setor privado como solução permanente, criando dependência e garantindo demanda estável aos grandes empresários da saúde privada.

Além disso, o governo não enfrenta os subsídios indiretos aos planos de saúde privados, como renúncias fiscais e deduções no Imposto de Renda, que drenam recursos públicos e fortalecem a segmentação do sistema. Essa política, embora opere em favor de alguns setores de classe média, beneficia majoritariamente o setor empresarial da saúde, ao mesmo tempo em que enfraquece a base social e política de um SUS universal.

Ao longo de todo seu mandato, o governo Lula evitou qualquer confronto com o complexo médico-industrial, que envolve grandes laboratórios, redes hospitalares, empresas de diagnóstico e fundos financeiros. Não há política agressiva de estatização, produção pública em larga escala ou ruptura com a financeirização da saúde.

Educação continua sob ataque

Assim como na saúde, o aumento de recursos na educação é fortemente condicionado por pisos constitucionais e regras fiscais, e

não por um plano estratégico de reconstrução e expansão radical do sistema público. O orçamento garante o funcionamento mínimo da educação básica, das universidades e dos institutos federais, mas não reverte o processo de expansão do setor privado, aprofundado ao longo das últimas décadas.

Durante a tramitação da LOA 2026, o Congresso Nacional aprovou um corte de aproximadamente R\$ 488 milhões no orçamento discricionário das 69 universidades federais, redução que representa cerca de 7,1% dos recursos destinados ao custeio e funcionamento dessas instituições.

Esse corte, que incide sobre verbas para despesas essenciais como contas de água e luz, bolsas acadêmicas, insumos de pesquisa, aquisição de equipamentos e manutenção administrativa, tem efeitos concretos sobre a operação cotidiana das universidades, comprometendo sua capacidade de oferecer ensino, pesquisa e extensão em níveis adequados.

Assim, em vez de expandir massivamente a oferta pública estatal, o governo mantém um modelo híbrido, no qual o setor privado cumpre papel central na absorção da demanda educacional, especialmente entre os trabalhadores. A educação deixa de ser concebida como direito universal e passa a funcionar como mercadoria, acessível em níveis diferentes conforme a renda, mais fácil para uns, mais difícil para outros.

Politicamente, o governo apresenta os aumentos orçamentários como conquistas, enquanto evita qualquer confronto com os interesses privados que dominam o setor educacional. Não há proposta de estatização, de controle público dos grandes conglomerados, nem de reorganização radical do sistema educacional sob planejamento estatal. O discurso progressista convive tranquilamente com esse rebaixamento.

A superação desses limites não virá de ajustes marginais no orçamento, mas da luta política organizada por uma educação verdadeiramente pública, estatal, universal, para além dos horizontes estreitos que permeiam a lógica de governar do petismo.



QUER SE ORGANIZAR COM O PCBR E A UJC?

O PCBR e a UJC têm reafirmado a necessidade da reconstrução revolucionária do movimento comunista no Brasil. Com a finalização do nosso congresso, pretendemos avançar na organização e nas lutas da classe trabalhadora em todo o território nacional.

Frente a um capitalismo que, a cada dia, explora mais, oprime, devasta o meio ambiente e avança na política neoliberal e na retirada de direitos, nossa saída e resposta devem ser apenas uma: a organização da nossa luta e a revolução socialista!

Se você tem interesse em construir essa luta, junte-se às nossas fileiras!

Preencha o formulário através do QR Code:



Sindical

Mobilização dos petroleiros expõe lucros recordes, repressão judicial e recuo da FUP

Papel conciliador da direção sindical acelerou a desmobilização de uma base disposta a enfrentar a empresa e o governo

Por Alessandro Lima

A greve nacional dos petroleiros, deflagrada no final de 2025 em defesa do Acordo Coletivo de Trabalho 2025–2026, foi encerrada por decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) após um intenso processo de desmobilização pela Federação Única dos Petroleiros (FUP), ligada à CUT. O fim do movimento paredesta revelou uma base disposta ao enfrentamento contida por uma direção governista que priorizou a mediação institucional ao direito dos trabalhadores.

Dentre outras pautas, a categoria reivindicava ganho de salário real, o fim de cortes em benefícios conquistados e das cobranças progressivas no fundo de pensão da empresa, além de denunciar os R\$32,4 bilhões em dividendos distribuídos aos acionistas em 2025. Embora construída através dos sindicatos filiados às duas federações nacionais de petroleiros, FNP e FUP, a federação base do governo Lula apoiou a greve formalmente em notas públicas enquanto aceitava a proposta inferior da estatal sem diálogo com o movimento paralista,

pressionando pela sua aprovação.

Para Eduardo Henrique, dirigente do Sindipetro RJ e da FNP, “ficou nítido que a FUP atua na defesa da direção da empresa e do governo, assinando um acordo rebaixado justamente quando a greve estava no auge”. Desde o início, optou-se pela estratégia do dissídio coletivo e da aposta no TST como árbitro imparcial entre as partes. Esta tese, propagada como pragmatismo, foi na prática uma rendição prévia. A retórica de apoio à greve em notas oficiais da FUP serviu apenas de cortina de fumaça para uma operação de desgaste e contenção do movimento. Antes do fim da greve nacional, praticamente toda a base da FUP já havia encerrado sua mobilização.

O TST atuou abertamente como instrumento de contenção da luta. Sob a alegação de garantir o abastecimento do país, determinou a manutenção de 80% dos trabalhadores em atividade em cada unidade das empresas, multas milionárias e criou um clima de terror jurídico entre os grevistas que permaneceram mobilizados por um ACT mais avançado.



Durante mobilização, trabalhadores cobram a presidente da Petrobrás, Magda Chambriard. Foto: Sindipetro Caxias/Reprodução.

A tática de restringir o direito à greve pela via judicial é recorrente nas batalhas sindicais, com recentes imposições de multas por descumprimento que vão de R\$10 mil até R\$1 milhão por dia, além de cortes de ponto e outras medidas para pressionar os trabalhadores. O desfecho no caso da greve petroleira foi a sua suspensão em diversas bases, após assembleias realizadas sob coação. Acordos irrisórios foram aprovados em um ambiente de chantagem institucional, onde a ameaça de demissões e perdas salariais pesava sobre cada trabalhador. Sindicatos combativos, em moções de repúdio, denunciaram a manobra e alertaram que a subordinação da ação sindical ao projeto da direção da Petrobrás e ao governo Lula-Alckmin configura grave conflito de interesses.

A greve não é apenas um dispositivo legal, mas instrumento legítimo de enfrentamento de classe frente à ofensiva patronal e estatal. Trata-se de uma conquista histó-

rica consolidada após décadas de lutas no século XX. No Brasil, sua regulamentação só veio com a redemocratização, após anos de repressão durante a ditadura militar.

O movimento grevista dos petroleiros comprovou disposição de luta da base operária, mas teve como principal obstáculo a opção estratégica de submeter o movimento aos marcos da conciliação institucional. O caso demonstra que a confiança na mediação estatal como via principal resulta em recuos e reforça a necessidade de organizações sindicais independentes, com enraizamento nas bases e capacidade de conduzir conflitos prolongados, articulando as dimensões econômica e política. Desse modo, a greve transcende o balanço do acordo coletivo e recoloca uma questão estratégica fundamental, a conquista de direitos duradouros e a reorganização da classe trabalhadora exigem a construção de um projeto classista e independente em sua orientação.

STF suspende direitos dos trabalhadores dos Correios a pedido da empresa

Alexandre de Moraes suspendeu direitos que haviam sido mantidos como conquista da greve no fim do ano passado após a empresa recorrer ao STF contra decisão do dissídio coletivo no TST.

Por Nalbert Pietro

Na segunda-feira, 26 de janeiro, o Ministro Alexandre de Moraes suspendeu algumas cláusulas do dissídio coletivo dos Correios aprovadas no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Essa decisão, que ocorreu após a empresa recorrer ao STF no dia 23 janeiro, suspende direitos que haviam sido mantidos após a greve no fim do ano passado. A decisão final ainda será tomada.

A decisão publicada pelo STF suspende as cláusulas do TST que garantiriam aos trabalhadores o pagamento do ticket-extra, conhecido também como vale-peru, o plano de saúde com coparticipação da empresa, o adicional de 200% em caso de trabalho em dia de repouso e a gratificação de férias de 70%. Todas essas cláusulas são conquistas históricas que vêm sendo contestadas pela gestão da empresa.

Ironicamente, esses ataques ocorrem em volta do 25 de janeiro, que é o Dia do Carteiro, profissionais que são a maioria dos atingidos e que estão entre os principais responsáveis pelo funcionamento



Assembleia do SINTECT-SP em 23/12/2025. Foto: SINTECT-SP/Reprodução.

da empresa em todo o país, mesmo nos momentos de adversidades e precarização de suas condições de trabalho.

Gestão, STF e governo contra os trabalhadores

A gestão dos Correios do governo Lula, com o pedido no STF contra os direitos dos trabalhadores da empresa, reeditam a postura da gestão de Bolsonaro em 2019, quando também recorreu ao STF e, na época, teve parecer favorável do

Ministro Dias Toffoli para cortar e restringir benefícios conquistados também após uma decisão de dissídio do TST. O caso é mais uma intervenção do judiciário contra conquistas dos trabalhadores.

Essa não é a única semelhança entre as gestões em relação ao trato dos trabalhadores dos Correios. A intransigência da gestão da empresa nas negociações durante todo o ano passado, inclusive quando propôs o dissídio como uma tentativa de amedrontar os grevistas, as propostas de retirada de di-

reitos e de uma reestruturação que coloca nas costas dos trabalhadores o ônus da crise que a empresa enfrenta são outros pontos de continuidade das gestões.

Esses elementos reforçam a necessidade da categoria encampar uma luta independente em defesa de seus direitos, que tem como principal aliado outros trabalhadores do serviço público e privado.

As tentativas de conter a greve do ano passado e as movimentações que buscam frear a mobilização dos trabalhadores dos Correios os colocam em uma posição de desigualdade na luta contra todos os setores da burguesia e seus representantes que os atacam.

É preciso continuar a luta com a disposição que fez a maioria das bases em todo país declarar greve, mesmo quando as federações quiseram assinar um acordo que retirava direitos. Foi esse caminho que permitiu a manutenção dos direitos e que agora poderá oferecer uma resposta ao recurso da empresa no STF, que deve tomar sua decisão final sobre as cláusulas nos próximos dias.



Comandante do Exército, general Tomás Paiva, Presidente Lula e o Ministro da Defesa, José Múcio, em celebração ao Dia do Exército. Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Segurança Pública

Comando das FA dribla Arcabouço e vê ameaça de guerra imperialista como "janela de oportunidades"

Comandantes das Forças Armadas comentam "em off" a jornalistas sobre a "janela de oportunidades" enquanto o Ministro da Defesa de Lula faz lobby nos monopólios midiáticos e no Congresso para que a Defesa seja eleita a prioridade do país

Por GP

Após a aprovação no Congresso Nacional da Lei Complementar 221/2025, que garante R\$ 30 bilhões por fora do Novo Arcabouço Fiscal (NAF) nos próximos 5 anos para "despesas com projetos estratégicos em defesa nacional", o Exército Brasileiro planeja dobrar os investimentos anuais em modernização de armamentos e sistemas de monitoramento de fronteira, segundo apuração de Daniel Rittner da CNN Brasil.

Sancionada por Lula em novembro, a injeção anual de verbas de investimento via o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para o Exército deve saltar do marco atual de R\$ 1,4 bilhão para R\$ 3 bilhões, a partir de 2026. Contudo, os objetivos das Forças Armadas não se encerram neste expressivo avanço orçamentário em meio ao cenário de restrição fiscal do NAF.

Vem se tornando mais nítida uma divisão de tarefas, articulada entre o Comando das Forças Armadas e o Ministério da Defesa, José Múcio, para o avanço de posições no Governo Lula-Alckmin e no Congresso. Para o bom entendimento da questão, é importante entendermos os interesses e os atores envolvidos na articulação desta lei e da movimentação geral por protagonismo orçamentário.

O acordo da LC 221/25 no Congresso

No Congresso Nacional a aprovação da Lei Complementar 221/2025, que destina R\$ 30 bilhões por fora do NAF nos próximos 5 anos para a recomposição das capacidades militares das Forças Armadas brasileiras, foi garantida com atuação favorável e intensa tanto da oposição bolsonarista quanto do Governo Lula-Alckmin.

Diversos portais eletrônicos com foco em notícias relativas ao meio militar no país passaram a repercutir, após a apuração citada anteriormente, quais seriam os projetos estratégicos reformulados pelo Exército Brasileiro. As reformulações envolvem, dentre outras coisas mais pontuais, a recuperação de cronograma para a plena operação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) até 2039, a compra de 96 blindados Centauro II-BR, junto a multinacional Leonardo S.p.A, um conglomerado industrial-militar italiano, e a ampliação e reformulação do projeto Astros, com sistema de foguetes de artilharia de longo alcance, e defesas antiaéreas.

Os nomes de senadores como Randolfe Rodrigues (PT-AP), Hamilton Mourão (Republicanos-RS) e Carlos Portinho (PL-RJ) se

destacaram na costura da lei, que foi prontamente chancelada também na Câmara dos Deputados. O processo de discussão, aprovação e promulgação da lei, realizado a toque de caixa entre os meses de setembro e novembro de 2025, demonstra o nível de consenso atingido pela política burguesa de defesa operada pelo Ministro José Múcio.

Enquanto os comandantes seguem comentando "em off" a jornalistas sobre a "janela de oportunidades", buscando fazer circular suas posições ancoradas nos desdobramentos dos conflitos imperialistas pelo mundo, o Ministro da Defesa aprofunda o lobby nos monopólios midiáticos e no Congresso para que a defesa fique fora do Orçamento e seja eleita como prioridade absoluta do país.

Mais do que uma simples apresentação – ainda que invertida, pois, como alguns analistas apontam, Múcio atuaria como defensor dos interesses dos militares dentro do Governo, sendo mais um mediador, ou um lobista militar frente ao Governo, como o qualifica o analista Pedro Marin (articulista na Revista Opera), do que um comandante dos comandantes, com poder delegado pelo Presidente eleito –, ou da defesa de lutas "econômicas" dos integrantes das FA, a atuação do Ministro Múcio busca reafirmar uma

linha de autonomia historicamente reivindicada pelo Comando das FA frente aos governos civis. Uma posição firmemente refratária e de confrontação à tentativa de imposição de reformas democratizantes sobre as três armas pelos governos de "civis". A linha riscada pelos militares, de defesa de posições em um momento de defensiva desde o período de transição da ditadura empresarial-militar para a democracia liberal, jamais foi rompida de forma substancial. Ao contrário, o que vimos nos últimos anos foi uma retomada de protagonismo expressiva por parte dos comandantes na cena política nacional.

Cabe lembrar, nesse mesmo sentido da existência de uma linha refratária à "interferências civis" por meio de reformas sobre as tropas, da fala do atual comandante do Exército, o General Tomás Paiva, em que o mesmo, sem saber que estava sendo gravado, disse, poucos dias antes de assumir o cargo, em janeiro de 2023:

"Faz parte da cadeia de comando segurar para que isso não ocorra. Agora fica mais difícil, mas nós vamos segurar, porque o Brasil precisa das Forças Armadas. Da nossa postura, da nossa coesão, da nossa manutenção dos valores, da crença na hierarquia e disciplina, do nosso profissionalismo, depende a força política do comandante e dos comandantes de Força para obstar qualquer tipo de tentativa de querer nos jogar para o enquadramento"

Nesse contexto, à afirmação de Lula, realizada em agosto de 2024, de que Múcio entrará para a história como "possivelmente o mais hábil de todos os ministros da Defesa", deve ser contraposto um questionamento básico: Múcio é o ministro mais hábil na defesa dos interesses de qual classe? O Ministro de Lula atua, de fato, como um dique de contenção, evitando esses choques no governo? Quais princípios orientam a política do Governo Lula para as Forças Armadas? Para respondermos perguntas desse tipo, cabe dar um passo atrás para buscarmos um melhor entendimento do cenário.

O populismo penal abre caminho ao militarismo

Nos últimos anos um elemento chave para análises da conjuntura brasileira vem se conformando no que concerne às políticas de segurança pública e de defesa do país. Não apenas o Comando das Forças Armadas recuperou posição de destaque na política nacional desde a articulação, realizada junto a Michel Temer (MDB), pela deposição de Dilma Rousseff em 2016, mas também as corporações policiais, através de seus egressos, vem ganhando posições nos governos estaduais e nos parlamentos estaduais e nacional.

Como consequência dos ganhos de posição, principalmente

no parlamento nacional, é nítida a configuração de um avanço reacionário dos debates acerca de ambos os temas. Contudo, ainda há necessidade de explicitar o processo de “arrasto” sobre todos os partidos que se propõem a participar da administração da ordem burguesa.

Temas como as discussões da PEC da Segurança Pública, do PL Antifacção e da ampliação do escopo de atuação policial das guardas municipais, que na prática assumem posição de polícias municipais, já demonstraram como a hegemonia reacionária no debate de segurança pública, impulsionada pela extrema-direita, arrastou posições dos liberais do “centrão” e dos governistas, adeptos do social-liberalismo. A pressão de amplos setores da classe dominante por mais firmeza na repressão e na imposição de controle social, para a garantia da acumulação capitalista no país, se reflete nessas discussões.

Outro exemplo recente, dentre vários que poderiam ser citados, que reforça tal hipótese de ganho de posições, em meio a pressão burguesa sobre os governos e parlamentos, é o movimento de reorganização – atualmente em curso – dos orçamentos estaduais, com a priorização da segurança pública, sob o impulso do populismo penal e do pânico moral difundido entre a classe trabalhadora, em detrimento de temas como saúde e educação.

Expressão disso é o dado revelador de que, entre os meses de janeiro e outubro de 2025, as taxas de crescimento dos gastos em segurança pública ultrapassaram as de saúde ou de educação em 18 Estados do país, segundo o Tesouro Nacional. Apesar de o Rio de Janeiro ser o único Estado em que os gastos com segurança pública já ultrapassaram os de saúde e educação, nos últimos anos o cenário de maior crescimento real das despesas no primeiro item em relação aos vem se generalizando. No recorte regional, as regiões Norte, Nordeste e Sul já obtêm taxas de crescimento real dos gastos em segurança pública maiores do que em saúde e educação.

À direita e à esquerda na defesa da ordem, da oposição de extrema-direita ao governo, o que se vê, sob a hegemonia reacionária no debate, são variantes de propostas calcadas nos mesmos princípios: o populismo penal, com aumento de penas e avanço do encarceramento em massa no país; a crescente da militarização das cidades e das técnicas de controle social sobre a classe trabalhadora nas periferias, com ampliação dos efetivos de policiamento ostensivo e aquisições cada vez mais vultosas de modernos equipamentos de vigilância e de confronto pelos aparelhos de repressão estatal. Se multiplicam as análises e pesquisas de opinião que apontam para uma proeminência do tema “segurança pública” no processo eleitoral de 2026, assim como nos dois últimos.

Em relação às variantes nos

discursos – mais do que nas ações, vide os avanços generalizados da violência policial no país –, elas se mantêm, no geral, em demarcações quanto aos níveis de intensidade no uso da força ou de racionalização das ações das policiais a serem utilizadas. Por ambos os flancos do debate, hegemonizado pela linha de defesa e legitimação da ordem burguesa, o que se vê é o fortalecimento dos aparelhos de repressão do Estado burguês.

As Forças e a força

A “janela de oportunidades” identificada pelo generalato não reside na possibilidade de fortalecer as defesas do povo brasileiro contra potências invasoras, frente a ameaça de guerra generalizada. Busca, na verdade, para fazer avançar suas demandas, se aproveitar dos receios gerados, entre os trabalhadores, pelo rufar dos tambores de guerra imperialista na redivisão e partilha de rotas comerciais, acesso a mercados e controle de matérias primas no mundo.

Tampouco seria inteligente considerar que os comandantes avaliam ser positiva, ou mesmo possível, a aplicação de um tipo de keynesianismo militar como forma de atrair apoios da burguesia, ou mesmo de gerar uma quantidade relevante de empregos industriais em território nacional, em meio ao consenso neoliberal vigente em um país de capitalismo dependente. A circulação, sem críticas, de ilusões do tipo em meios “progressistas”, particularmente nos aparelhos de propaganda governista, desarma a luta dos trabalhadores e fomenta soluções chauvinistas

O avanço do militarismo cumpre um papel fundamental na solução burguesa de controle social interno, reprimindo os trabalhadores, e de garantia do processo de acumulação capitalista – como bem o definiu Rosa Luxemburgo. É sobre esse cenário que o Comando das Forças Armadas, e particularmente os generais Exército Brasileiro, buscam avançar para reforçar seu poderio bélico e recompor internamente sua imagem de força enquanto instituição garantidora da lei e da ordem.

Apresentar as Forças Armadas do Brasil como defensoras, em abstrato, dos interesses de todos os brasileiros é nublar a visão dos trabalhadores e demais povos oprimidos para que cerrem fileiras junto a seus inimigos de classe e aceitem estar sob o Comando de instituições constituídas para debelar, banhando em sangue sempre que seja necessário, revoltas e rebeliões dos “inimigos internos” da ordem social capitalista. É sempre relevante ter em mente que a leitura que o Comando das Forças Armadas faz acerca do Art. 142 da Constituição, onde atribuem a si mesmos um papel de tutela sobre o poder civil, decorrente de uma legitimidade em si das Forças, nunca foi abandonada.

Juventude

Senado analisa mudança na Lei do Estágio

Quando criada, em 2008, a lei assegurava os direitos dos estudantes trabalhadores; hoje é apenas mais uma forma de desregulamentação e sucateamento do trabalho



Militância da UJC e do PCBR deuciam os impactos do Arcabouço Fiscal nas universidades durante a Plenária Final do 44º CONUEE SP. Foto: Cassia Belini @cassibelini/UNE/Reprodução

Por Filgueira

Através do Portal e-Cidadania, uma estudante do curso de Direito de uma universidade privada do Distrito Federal propôs ao Senado Federal uma série de mudanças na Lei do Estágio. Conseguindo os 20 mil apoios necessários para se tornar sugestão legislativa, a proposta visa garantir salário mínimo para estagiários, garantia do 13º salário e recolhimento de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A proposta seguiu para análise da Comissão de Direitos Humanos do Senado e, caso aprovada, será convertida em projeto de lei e poderá tramitar na Casa. Não é a primeira vez que uma proposta similar surge no Congresso; a União Nacional dos Estudantes (UNE) chegou a apoiar um projeto elaborado pelo Centro Acadêmico XI de Agosto, da Universidade de São Paulo (USP), mas que não teve continuidade por falta de campanha da entidade no Congresso e nas bases.

O que antes parecia um avanço, garantindo a possibilidade de uma experiência prática no currículo do estudante, hoje se tornou uma ferramenta para exploração e sucateamento de diversas profissões, com acúmulos e desvio de funções e constantes assédios e medo de demissões. Sem uma garantia de bolsa, há estágios gratuitos onde o estudante precisa até mesmo arcar com o ônus da passagem. Com uma jornada assegurada em um limite de 6h/dia (30h/semanais) e possibilidade de redução em semanas de provas, hoje as empresas não seguem a lei, exigindo horas extras (não pagas) e completa desconexão com a graduação.

Ao passo que as universidades, principalmente com o aumento do Ensino à Distân-

cia (EaD), se distanciam do tripé ensino, pesquisa e extensão, ou ofertando projetos com bolsas em valores irrisórios, os estudantes tendem a entrar no mercado de trabalho, muitas vezes desconexos com sua graduação; com os estágios cada vez mais sucateados e exploratórios, o jovem trabalhador opta por desistir dos estudos para conseguir cumprir uma jornada de 8h/dia, geralmente na escala 6x1.

Com o desmantelamento das relações trabalhistas, as frequentes burlas à Lei do Estágio acabam por se tornar “relação PJ” sob o aval da justiça burguesa, chancelando a precarização do trabalho e garantindo a exploração do patrão. Hoje o Brasil conta com mais de 700 mil estudantes trabalhadores no mercado de estágio; o impacto econômico dessa categoria é expresso na luta de classes e, com o não reconhecimento de vínculo empregatício, mesmo com subordinação e jornada definida, os trabalhadores sequer têm o direito à organização através da luta sindical.

A mudança proposta na Lei do Estágio não é o fim em si mesmo; pelo contrário, deve ser parte de uma jornada de lutas pelo fim da Reforma Trabalhista e da Previdência (usadas como impulso da campanha eleitoral de Lula-Alckmin e abandonadas por eles), pela progressão de investimentos na educação, ciência e tecnologia (o que necessariamente perpassa pelo rompimento do Arcabouço Fiscal proposto por Fernando Haddad) e pelas garantias plenas dos estagiários, equiparando-os aos trabalhadores CLT, permitindo não só ganhos econômicos essenciais, mas direitos políticos mínimos, como a organização sindical e o direito à greve.

Agronegócio e Clima

Terra e sangue: assassinatos no campo dobram em 2025

Dados preliminares indicam 26 mortes, com a maioria de sem-terra, indígenas e posseiros. O aumento ocorre em meio à paralisia do Estado em demarcar terras e conter o avanço do agronegócio.

Conflitos agrários no Brasil se tornaram mais letais em 2025, com o número de assassinatos no campo dobrando em relação ao ano anterior. Dados preliminares da Comissão Pastoral da Terra (CPT) registram 26 mortes até dezembro, contra 13 em 2024. Nos dados preliminares foram identificados dez sem-terra, quatro posseiros e sete indígenas. O levantamento aponta que a violência é intrínseca ao problema da concentração fundiária.

Entre os estados, Pará e Rondônia lideram com sete assassinatos cada. A Bahia registrou quatro mortes, todas de indígenas, cenário repetido no Paraná com outras duas vítimas. Em São Paulo, dois agricultores do MST foram mortos por grileiros, enquanto no Amazonas, dois posseiros foram assassinados na região da Amacro. Mato Grosso do Sul e Minas Gerais tiveram um caso cada.

Apesar do aumento expressivo, os dados parciais de 2025 ainda apresentam números menores que os picos recentes de 2021 a 2023, quando os assassinatos variaram entre 31 e 47. A CPT, órgão da CNBB que documenta esses conflitos desde 1986, afirma que os dados refletem um padrão de violência promovido pelo avanço do agronegócio e de mineradoras, frequentemente com anuência do Estado, contra trabalhadores rurais, povos indígenas e comunidades tradicionais.

Análise dos conflitos no campo em 2024: violência se reconfigura, mas não cessa

Embora 2024 tenha registrado uma diminuição no número total de conflitos no campo – 2.185 ocorrências contra 2.250 em 2023 –, os dados da CPT revelam um cenário de violência persistente e reconfigurada. Este total ainda era o segundo maior da série histórica, indicando que a pressão sobre as comunidades rurais permanece em patamar elevado. Os assassinatos caíram de 31 para 13, e as ações de resistência, como manifestações, atingiram o segundo menor número da última década. No entanto, um dado contraditório sinaliza a intensificação da mobilização: o número de participantes nessas manifestações saltou de 111.233 para 169.998 pessoas.

A análise dos Cadernos do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc-CPT), que categoriza as violências em conflitos por terra, água, trabalho e resistências, mostra dinâmicas preocupantes. Nos conflitos por terra, que envolvem disputas pela posse e uso do território, houve uma queda nas ocorrências de despejos e ameaças diretas. Contudo, violências ambientais explodiram: o desmatamento ilegal vinculado a esses con-



Seringal Entre Rios (sul do Amazonas/Amacro) em 2025. Posseiros são impedidos de chegar às suas terras porque o fazendeiro bloqueou a estrada usando empresa de segurança privada. Foto: CPT/Reprodução



Manifestação na cidade de Corumbiara, em agosto de 2025, no marco de 30 anos do maior conflito agrário de Rondônia. Foto: Kúara Pytanga/Codevise

flitos aumentou 39% e os incêndios criminosos, 113%. Mato Grosso liderou em incêndios e Pará em desmatamento.

Nos conflitos por água, o ano registrou 266 casos, aumento de 16% em relação a 2023, o terceiro maior número em cinco anos. A CPT alerta que a degradação hídrica é progressiva e cumulativa; desastres como os de Mariana e Brumadinho continuam a impactar as comunidades ano após ano, mesmo sem novos registros.

Um dos crescimentos mais alarmantes foi na contaminação por agrotóxicos. No eixo terra, os casos dispararam 763% (de 32 para 276), afetando 17.027 famílias. No eixo água, o aumento foi de 54%. Em 87% dos casos no campo, a contaminação se deu por pulverização aérea. O agronegócio foi apontado como principal responsável, envolvido em 92% dos casos na terra e 70% na água. Essa violência química atingiu diretamente 44 pessoas, com três mortes registradas.

Quanto aos conflitos trabalhistas, houve uma redução de 40% nos registros de trabalho escravo, com 1.622 trabalhadores resgatados em 2024 (sendo 38 crianças/adolescentes). A CPT ressalta, porém, uma grave subnotificação devido a uma greve de fiscais no ano anterior. A prática permanece intimamente ligada a cadeias produtivas regionais: desmatamento e garimpo no Norte; etanol e mineração no Nordeste; pecuária e cana no Cen-

tro-Oeste; café e cebola no Sudeste; maçã e uva no Sul.

As violências contra a pessoa somaram 1.528 ocorrências, vitimando 1.163 pessoas (incluindo 222 mulheres e 182 menores). Embora os assassinatos tenham diminuído, as ameaças de morte aumentaram 24%, as intimidações 16% e as tentativas de assassinato, 43%. Para as mulheres, a violência mais recorrente não é a ameaça direta, mas a contaminação por minério, um dano persistente que afeta gerações.

Os principais alvos de todas essas violências continuam sendo os povos indígenas, quilombolas, assentados, pequenos produtores, posseiros e sem-terra. Do lado dos agentes violadores, destacam-se fazendeiros, empresários, madeireiros, mineradoras e o próprio Estado. A principal violência estatal é o não cumprimento de procedimentos legais, como a falta de consulta prévia e a morosidade do sistema de justiça, configurando uma omissão sistêmica que facilita outros crimes.

Já as formas de resistência diminuíram. O número de acampamentos caiu para 10 e o de ocupações/retomadas de terra reduziu de 124 para 78. Contudo, as manifestações, embora em menor número (649), mobilizaram mais pessoas. A principal pauta segue sendo a Reforma Agrária, seguida por demandas por justiça contra violências, questões ambientais e direitos indígenas.

O estado e os grupos de extermínio no campo

Os conflitos no campo brasileiro resultam não de uma ausência estatal, mas de uma presença seletiva e conivente. Em âmbito federal e estadual, o Estado atua por omissão na garantia de direitos territoriais e por ação direta na perpetuação da violência, configurando-se como o estruturador dos conflitos.

A omissão se materializa em políticas deliberadas de paralisia fundiária. O reconhecimento de territórios quilombolas e indígenas, um direito constitucional, é sistematicamente negligenciado. Paralelamente, a reforma agrária é esvaziada pela falta de desapropriações de latifúndios e pela destinação insuficiente de terras públicas, um cenário que se arrasta por diferentes governos.

Contudo, o Estado não é apenas omissivo; é frequentemente parte ativa da violência. Em 2023, a CPT documentou que o Estado teve ligação direta em mais de 261 casos de violência contra comunidades rurais e tradicionais. Essa atuação se dá pelo direcionamento de forças policiais, como no “Massacre do rio Abacaxis” no Amazonas, onde uma operação policial em 2020 resultou em execuções, tortura e destruição de propriedades de ribeirinhos e indígenas.

A atuação e influência de grupos paramilitares representam um fator crítico na escalada da violência no campo. Organizações como o movimento “Invasão Zero”, fundado por grandes fazendeiros e políticos do agronegócio na Bahia, agem para expulsar ocupações de terra por meio de intimidação e destruição de propriedades. Suas ações de pistolagem cresceram 45% em 2023.

A eficácia desses grupos depende de uma perigosa conivência. Eles operam com articulação rápida via aplicativos e, frequentemente, com anuência ou suporte direto de forças estatais. Essa influência se estende ao Legislativo, onde parlamentares apresentam projetos de lei que criminalizam movimentos sociais e legitimam as ações paramilitares.

Como resume José Batista Afonso, advogado da CPT, a estratégia mudou: “Queimam tudo: barracas, documentos, carros, motos, mas não matam mais”. A violência, portanto, não diminuiu; tornou-se mais difusa, assumindo formas químicas, ambientais e judiciais como ferramenta de controle territorial.

Além disso, a omissão do Estado se completa na falha em proteger as vítimas. No Pará, uma liderança indígena sob proteção oficial teve um pedido de escolta policial negado, ficando exposta a ameaças de morte.

Cultura e Movimentos Sociais

Entre o colapso urbano e o lucro privado: o caso de Maceió e a destruição urbana causada pela Braskem

A tragédia provocada pela mineração de sal-gema em Maceió expõe não apenas a destruição física de bairros inteiros, mas também a lógica predatória que orienta o modelo de desenvolvimento urbano no Brasil



Moradores da comunidade Flexal, no bairro Bebedouro, denunciaram impactos causados pela Braskem. Foto: Evy Oliver

Em março de 2018, a cidade de Maceió, em Alagoas, tornou-se palco de um dos maiores casos de destruição urbana causados pela atividade de mineração, decorrente da extração de sal-gema em escala industrial pela empresa da indústria química Braskem. O fato ocorrido em Maceió não é um caso isolado, mas sim um exemplo da exploração dos recursos naturais baseada na exaustão ambiental que ocorre em todo o Brasil, a exemplo do caso de Brumadinho (MG), que revela a fragilidade da lógica de transformação da natureza em mercadoria e gera acumulação de capital.

Desde os primeiros tremores, em 2018, havia indícios de que as vibrações na terra precediam um colapso. Apesar dos relatos dos moradores sobre as ocorrências, a ausência de transparência das informações, a omissão do Estado e o favorecimento de interesses econômicos de empreiteiras acabaram gerando impactos ambientais, danos e insegurança na moradia de, ao menos, 57 mil famílias, que tiveram de deixar suas residências de forma abrupta. Além disso, houve transtornos na mobilidade urbana, com a suspensão dos serviços de locomoção que realizavam seus trajetos nos bairros afetados.

A movimentação do solo causou fissuras nas ruas e nas residências, provocando, sobretudo, o rompimento de laços de memória dos moradores dos bairros de Pinheiros, Bom Parto, Mutange e de uma parcela localizada no Farol. Para aquelas famílias que ainda permanecem nas áreas atingidas, como no bairro de Bebedouro, por não terem para onde ir e tampouco terem recebido o devido suporte do Estado e da Braskem, restam um imenso vazio urbano e o isolamento das demais regiões da cidade. Com isso, intensificam-se os problemas sociais.

No caso de Maceió, o processo de urbanização e crescimento interligado à atividade mineradora reflete as consequências do modus operandi das políticas de desenvolvimento urbano que regem a construção das cidades como espaços de desigualdade e de disputa,

onde os danos ambientais recaem de forma desproporcional sobre a classe trabalhadora. Nessa lógica, a cidade deixa de ser um espaço de vida e passa a ser tratada como mercadoria, e o direito à moradia digna é condicionado ao valor que se está disposto a pagar.

Outro fator que deve ser acrescentado é o aumento da especulação imobiliária em relação à tragédia. Seguindo o ritmo de expansão da cidade, aliado à baixa oferta de imóveis, o mercado imobiliário cresceu de forma expressiva, agravando ainda mais o quadro de vulnerabilidade dos moradores. Esse processo tornou-se um fator de segregação espacial, no qual à população mais pobre restaram as regiões mais afastadas e com acesso escasso a serviços básicos de infraestrutura. Assim, a modernização de Maceió deu-se de forma seletiva, beneficiando apenas alguns lugares e segmentos específicos, enquanto marginaliza a maioria da população.

Mesmo anos após a ocorrência do crime ambiental, a relação entre moradores, empresa e Estado vem se agravando, gerando uma sensação de impunidade. Em meio a uma conjuntura marcada por conflitos de interesses, o Tribunal de Justiça de Alagoas acata a posição da empresa poluidora e, em seu ato mais recente, direciona condenações à população que busca reivindicar seus direitos. A sentença assinada pelo juiz Afrânio dos Santos Oliveira, da 29ª Vara Cível da Capital, impede que os movimentos de vítimas da mineradora realizem manifestações em um raio de até 10 quilômetros da sede da Braskem, sob o argumento de proibir a turbação da posse (quando há perturbação ou incômodo à posse de um bem, como imóveis e terrenos) além de impor multas no valor de 30 mil reais. A postura do Poder Judiciário evidencia a omissão e a subordinação das esferas estatais aos interesses do capital, legitimando práticas predatórias de degradação socioambiental. Essa postura naturaliza a violência do Estado contra a classe trabalhadora e mantém a impunidade dos grandes agentes econômicos.

Sindical

Ato na Câmara marca a luta contra a privatização do SAAE em São Carlos (SP)

Por Marcelo Hayashi

A Câmara Municipal de São Carlos foi palco, na última terça-feira, 17 de dezembro, de um significativo ato simbólico em repúdio à adesão ao UniversalizaSP, que visa abrir caminho para a privatização do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de São Carlos. A atividade não apenas expressou a firme oposição popular à medida, mas também ressaltou a impressionante capacidade de mobilização e organização dos trabalhadores e trabalhadoras da autarquia.

A sessão foi marcada pela presença de servidores do SAAE, que defenderam a manutenção do serviço essencial sob gestão pública e autônoma. A mobilização, construída ao longo das últimas semanas, demonstrou a unidade da categoria, que tem atuado de forma exemplar na conscientização da população sobre os riscos de entregar o saneamento básico à iniciativa privada, citando o aumento de tarifas e a precarização do serviço como consequências prováveis do projeto privatista.

Organização e resistência da categoria

Um dos pontos altos do ato foi a evidência da sólida organização interna dos trabalhadores: cartazes, palavras de ordem e a disciplina na manifestação refletiram a seriedade com que os servidores do SAAE têm encarado a ameaça de privatização. Eles enfatizaram que a luta não se restringe à defesa de seus empregos, mas é, sobretudo, uma batalha pelo direito fundamental da população a um serviço de água e esgoto de qualidade, acessível e socialmente responsável. Ao longo da última sessão ordinária da Câmara em 2025, os trabalhadores distribuíram adesivos contra a privatização do SAAE.

Ressaltaram o caráter da organização dos trabalhadores do SAAE enquanto sua principal ferramenta. Pontuaram que não vão aceitar que um patrimônio público e um direito básico sejam transformados em mercadoria para gerar lucro, e que estão unidos e prontos para barrar essa proposta. A pers-

pectiva, daqui pra frente, é a continuidade da mobilização contra a ofensiva privatista na cidade.

Além disso, os trabalhadores e trabalhadoras do SAAE organizaram um manifesto público para apontar qual o caráter da sua luta, que foi lido ao final da sessão da Câmara, dentro do plenário.

Participação popular e de organizações políticas

A luta contra a privatização ganhou força com a adesão e participação ativa de diversas entidades políticas e movimentos sociais. Destacou-se a presença e o engajamento do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e da União da Juventude Comunista (UJC), e de militantes de outras organizações, como a Unidade Popular (UP), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e pessoas da sociedade civil em geral.

Membros do PCBR estiveram presentes, prestando solidariedade e destacando a natureza política e ideológica da disputa. A militância da cidade tem enfatizado que a tentativa de privatizar o SAAE faz parte de uma ofensiva maior contra os serviços públicos, e reafirmaram o compromisso do partido com a defesa de um saneamento 100% público, estatal e sob controle dos trabalhadores e trabalhadoras.

A UJC trouxe para a mobilização a energia e a indignação da juventude. A participação dos jovens comunistas reforçou a pauta com panfletagem e distribuição do jornal físico O Futuro, mostrando a importância da luta popular na defesa dos bens comuns.

O ato, apesar de não ter impedido a tramitação da sessão na Câmara, serviu como um poderoso termômetro da resistência popular. A mobilização em torno do SAAE continua, e a palavra de ordem é clara: a comunidade e os trabalhadores estão atentos e prontos para intensificar a luta contra qualquer tentativa de entrega do patrimônio público de São Carlos. A batalha pela água e saneamento segue nas ruas e no Legislativo municipal.

Internacional

Ataque à Venezuela escancara a nova fase da disputa imperialista pela hegemonia global

A agressão à Venezuela é, acima de tudo, uma agressão ao povo venezuelano, uma violação flagrante de sua soberania, manifestando a fase brutal das disputas imperialistas, onde a guerra se torna o instrumento preferencial para a defesa da hegemonia em declínio.

A agressão militar direta dos Estados Unidos contra a República Bolivariana da Venezuela, culminando no sequestro do presidente Nicolás Maduro e da primeira-dama Cília Flores, marca um ponto de inflexão na geopolítica mundial e expõe a face mais crua e desesperada do imperialismo em sua fase de crise e declínio hegemônico.

O ataque, deflagrado na madrugada de 3 de janeiro, com bombardeios criminosos sobre Caracas e outros pontos estratégicos do país, não é um evento isolado, mas o ápice de uma escalada belicista que vinha sendo gradualmente preparada e anunciada por Washington. Iniciou-se sob o pretexto de uma suposta “luta contra o narcotráfico” e da ‘clássica’ e cínica “defesa da democracia”; todavia, ao avançar das operações, sequestros de navios e embarcações e aumento no número de fatalidades, o presidente dos EUA, Donald Trump, e a vencedora do Prêmio Nobel da Paz 2025, María Corina Machado, não esconderam o projeto de entrega total e irrestrita das reservas de petróleo e refinarias venezuelanas ao capital estadunidense.

A base factual da ofensiva imperialista revela, mais uma vez, a completa anulação do direito internacional pela força bruta do capital monopolista. A detenção violenta e ilegal de Maduro e Flores, com seu transporte e encarceramento nos Estados Unidos, foi precedida por uma série de ações de guerra não declarada que se estenderam por meses.

Desde o final de 2025, o Mar do Caribe se converteu em um palco de ameaças militares ostensivas, com o maior destacamento naval dos EUA em décadas, liderado pelo porta-aviões USS Gerald Ford. Sob o pretexto de combate ao tráfico de drogas, embarcações sob a bandeira venezuelana foram bombardeadas e, ainda em dezembro de 2025, petroleiros que transportavam o óleo venezuelano foram sequestrados, intensificando as sanções unilaterais e criminosas contra a indústria petrolífera do país.

O pretexto do narcotráfico, utilizado para indiciar e sequestrar Maduro, ecoa a tática imperialista empregada contra o Panamá em 1989, quando o líder militar Manuel Noriega foi deposto e capturado sob acusações semelhantes. A história do intervencionismo estadunidense na Venezuela se repete como tragédia anunciada, onde a acusação de envolvimento com cartéis de drogas serve como cortina de fumaça para o verdadeiro objetivo: a usurpação da maior reserva de petróleo do mundo e a imposição do contro-



“Tire as mãos da Venezuela”. Protesto em frente ao Consulado Americano em Brasília, 5 de janeiro de 2026. Foto: Luciano Rocha/Jornal O Futuro

le econômico, político e militar sobre o continente.

A declaração de Donald Trump, que os Estados Unidos governarão a Venezuela até que se complete uma suposta “transição” de poder, escancara o projeto imperialista de dominação absoluta na região. A Venezuela é utilizada como um recado para ameaçar outras nações soberanas da América Latina, como Cuba e o México, e para reafirmar o domínio estadunidense em países da periferia do capitalismo.

A ofensiva militar contra a Venezuela não pode ser compreendida fora do contexto da Nova Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos, que sinaliza uma intensificação da concorrência interimperialista e uma escalada das guerras em escala global. Esta nova fase do imperialismo estadunidense é marcada por uma transição da primazia do econômico para uma postura mais abertamente bélica e hostil, impulsionada pela crise de sua hegemonia e, sobretudo, pelo avanço incontestável do capital chinês em setores estratégicos da fronteira tecnológica.

O documento da Estratégia de Segurança Nacional é explícito ao reconhecer a ascensão da China como uma ameaça à supremacia global dos EUA, descrevendo a relação entre os dois países como a de “quase pares”. A China, que se tornou a segunda maior potência econômica mundial e parceiro comercial de primeira importância de nações estratégicas como Brasil, Peru e Chile, desafia o domínio estadunidense ao fortalecer blocos subimperialistas como o BRICS, que agora inclui potências do setor energético como Arábia Saudita, Irã e Emirados Árabes. A Venezuela,

com sua prioridade de exportação de petróleo para a China, torna-se um alvo crucial nessa disputa, pois o controle de seus recursos energéticos e minerais estratégicos é vital para a manutenção da supremacia tecnológica e industrial dos EUA.

A Estratégia de Segurança Nacional visa manter ou alcançar a supremacia global em áreas como armas nucleares, economia, base industrial, setor energético, ciência e tecnologia. O foco no Indo-Pacífico e a busca pela “superioridade militar” sobre a China, juntamente com a garantia de “cadeias de suprimento seguras e confiáveis e acesso a materiais críticos”, demonstram que a disputa não é mais apenas por mercados, mas pelo aquecimento da disputa por controle direto das fontes de energia e das matérias-primas essenciais para a produção de alta tecnologia, como as terras raras, concentradas em grande parte na América do Sul.

O imperialismo estadunidense, incapaz de persuadir por meio do ferramental econômico que dispõe e dos ativos de sua própria indústria, recorre à força militar para impor seus interesses e conter a mudança no equilíbrio de poder global. A agressão à Venezuela é, acima de tudo, uma agressão ao povo venezuelano, uma violação flagrante de sua soberania, manifestando a fase brutal das disputas imperialistas, onde a guerra se torna o instrumento preferencial para a defesa da hegemonia em declínio.

Essa conjuntura de crise na disputa entre as potências imperialistas escancara o cenário de turbulência e contradições que expõe com mais veemência a decadência do sistema capitalista. A incapacidade do mundo de impedir concretamente uma intervenção militar

norte-americana expõe a fragilidade da chamada “multipolaridade” e a ineficácia dos organismos internacionais e, sobretudo, dos blocos russo e chinês diante do militarismo estadunidense.

Diante da escalada belicista dos EUA, a resposta dos partidos comunistas e operários de todo o mundo é categórica: a condenação enérgica da agressão militar e do sequestro de Maduro, a exigência de sua liberdade imediata e o fim do ataque. A solidariedade ativa com o povo venezuelano é uma necessidade imperiosa e uma resposta contundente à agressão imperialista é crucial para a defesa da soberania e da paz não somente na América Latina e no Caribe, mas no mundo.

Nos dias seguintes à agressão militar, trabalhadores do mundo todo, inclusive no Brasil, prestaram solidariedade junto ao povo venezuelano, que encheram as ruas de Caracas, com faixas e cartazes com os dizeres “os mísseis de Gaza são os mesmos no Caribe”, “morte ao imperialismo yankee” e “não à intervenção na América Latina e Caribe”.

Contando com o apoio dos venezuelanos, Delcy Rodríguez, a atual presidente da Venezuela, e vice de Nicolás Maduro, anunciou ações diplomáticas e concessões frente às exigências estadunidenses; além disso, a presidenta interina anunciou uma “reforma administrativa” fundindo pastas, anunciando novas chefias e deslocamentos internos no governo, inclusive no comando das Forças Armadas Nacionais Bolivarianas (FANB).

Conscientes de que a intervenção estadunidense não é, nem de longe, a resolução das crises internas envolvendo, inclusive, a perseguição de Maduro ao Partido Comunista da Venezuela, os trabalhadores venezuelanos rechaçaram por completo a investida imperialista na soberania da Venezuela e conclamaram o movimento comunista e operário internacional, as forças populares, democráticas e anti-imperialistas do mundo a se mobilizarem imediatamente em rejeição a esta nova e perigosa ofensiva militar e a expressarem sua solidariedade ativa com o povo venezuelano.

A luta contra a agressão imperialista na Venezuela é, em última instância, a luta pela derrubada do capitalismo em decadência. A unidade da classe trabalhadora mundial contra a barbárie imperialista, sob a bandeira da autodeterminação dos povos, é o único caminho para garantir a construção de um futuro socialista para os povos oprimidos, livre da exploração e da guerra.

Internacional

Acordo do Mercosul com a União Europeia caminha para aprovação no Congresso Nacional

Para satisfazer o agronegócio, Governo Federal e os presidentes da Câmara e Senado iniciam processo para adesão e internalização de acordo com a União Europeia antes de aprovação do parlamento europeu.

Com a mudança de posição da Itália, por 334 votos a favor, 324 contra e 11 abstenções, depois de 25 anos de negociações, o acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul obteve a maioria necessária para ser enviado ao Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) para que a corte emita um parecer jurídico e somente depois, votado pelos Eurodeputados para sua consolidação. Lula declarou na rede social X/Twitter que a chegada a um acordo é um “dia histórico para o multilateralismo” e afirmou que a proposta será positiva para os dois blocos, aumentando exportações para a Europa e trazendo investimentos para o Brasil.

As negociações do acordo se iniciaram ainda no governo FHC, em uma conjuntura pré-crise capitalista de 2008 e com os Estados Unidos liderando o ranking do PIB mundial, sendo 2,5 vezes maior que o segundo colocado, Japão, segundo os dados do Banco Mundial. Na época, o Partido dos Trabalhadores e demais partidos aliados foram contrários ao acordo tanto com a União Europeia como também com a chamada ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), impulsionada pelos EUA, temendo uma dominação política e econômica dos países imperialistas sob os países do Mercosul.

Depois de uma pausa, principalmente após a crise global capitalista de 2008, as negociações entre o Mercosul e União Europeia foram retomadas em 2019. Na época, o então presidente Jair Bolsonaro celebrou o acordo pré-aprovado e, durante a campanha eleitoral de 2022, defendeu aceno entre os dois blocos ao passo que Lula declarou que, se eleito, iria rediscutir o acordo, sem abrir mão da “industrialização” do Brasil.

Apesar da declaração, o acordo aprovado pelo Parlamento Europeu, que Lula celebrou como “histórico”, manteve o Mercosul dependente do imperialismo europeu ao passo que agrada e sustenta as burguesias agrárias. Mesmo em 2022 criticando o possível processo de desindustrialização como consequência do acordo, Lula acenou de forma positiva o texto aprovado que permite o foco em redução gradual de até 90% em impostos nas exportações de commodities e matérias primas para a Europa e importação de bens de consumo de maior valor agregado aos países do Mercosul.

Este acordo é uma síntese do projeto político e econômico da gestão Lula-Alckmin que busca cada vez mais cultivar e manter a influência política e econômica da burguesia agrária brasileira. Enquanto realiza arcabouço fiscal, cortando investimentos em áreas primárias como saúde e educação, o Governo Federal e o Congresso entregam mais de R\$ 700 bilhões em crédito para o agronegócio entre 2023 e 2025 através do Plano Safra pelo BNDES; afrouxam as legislações ambientais com o PL da Devastação; suscitam projetos de parcerias público-privada para gestão de rios, entre outros. O agronegócio é a expressão concreta do avanço e consolidação do capitalismo no campo, e o latifúndio é um dos pilares do poder político no Brasil, e o acordo aprovado tende a fortalecer ainda mais este setor que conta com cada vez mais dinheiro público e isenções tributárias para seu fomento.

Nelsinho Trad (PSD-MS), presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), afirmou que os presidentes do Senado Federal, Davi Alcolumbre, e da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, devem tratar o acordo comercial entre Mercosul e União Europeia “com a maior celeridade possível”. Nelsinho ainda afirmou que a diplomacia brasileira deve “coordenar ações” para celeridade da aprovação no parlamento europeu e em cada país do Mercosul. Além da pressão pelo Governo Federal, Nelsinho afirmou que irá propor uma subcomissão para facilitar a comunicação entre Câmara e Senado e irá fazer uma campanha internacional para celeridade na aprovação que tem uma média de dois anos só para a emissão do parecer do Tribunal de Justiça da União Europeia: “Vou intensificar a atuação institucional em três frentes: articulação com o Itamaraty e a Casa Civil; diálogo com a União Europeia; e mobilização política internacional, com acionamento de eurodeputados e lideranças de países favoráveis ao acordo”.

O vice-presidente do Brasil e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), apontou que Lula enviará a proposta de adesão e internalização do tratado para apreciação da Câmara dos Deputados e afirmou que, “Quanto mais rápido agirmos, melhor, pois entendo que isto ajudará para que haja uma vigência transitória enquanto há a discussão na área judicial”.

Apelidado em 2022 de “acordo de carros por vacas” pelo eurodeputado Miguel Urbán em evento no Brasil, somente o setor industrial europeu, especialmente a Alemanha, e o setor agropecuário do Mercosul é quem realmente ganha com este acordo que cristaliza a atual divisão internacional do trabalho, com o Brasil e a América Latina como exportadores de commodities e matérias prima, sem um projeto de industrialização, soberania nacional e independência dos países do centro do capitalismo mundial. Ao fortalecer o setor agropecuário, o avanço predatório sobre a natureza também se fortalece, aumentando os impactos das mudanças climáticas.

O projeto que reserva ao Brasil a exploração de seus recursos é amplamente apoiada pelos setores do agronegócio brasileiro que, para ampliar seus lucros, apostam num projeto de desindustrialização nacional e maior dependência de capital estrangeiro, mantendo o Brasil na periferia do capitalismo, às custas da precarização e sucateamento da vida da classe trabalhadora.

Lula ao celebrar o acordo, contradizendo a si mesmo na campanha eleitoral de 2022, opta por deixar claro que não possui um projeto de emancipação nacional e de rompimento de subordinação ao imperialismo, mesmo sob o jargão de “soberania nacional” nas redes sociais; não só isso, a gestão Lula-Alckmin abriu mão de todas as promessas eleitorais como fim das contra-reformas trabalhista, previdenciária, do ensino médio e arcabouço fiscal, não tendo vitórias concretas para classe trabalhadora para além da isenção de imposto de renda que custou aos trabalhadores brasileiros investimentos nas áreas primárias, como saúde, educação e cultura, através do arcabouço fiscal.

BDS faz pré-lançamento de campanha para Semana Contra o Apartheid Israelense 2026

Deve-se buscar renovar os vínculos entre a solidariedade ao povo palestino com as lutas do proletariado do mundo frente às crescentes agressões militares dos Estados Unidos na América Latina e Caribe.



Protesto no Uruguai em 3 de janeiro contra a agressão estadunidense à Venezuela. Foto: Espaço 1001 - Frente Amplio/Instagram/Reprodução

Por Filgueira

Completando 21 anos em 2026, a Semana Contra o Apartheid Israelense (SCAI) chega a mais uma edição denunciando o genocídio, ocupação ilegal e colonialismo do apartheid de Israel contra o povo palestino e conectando as mais diversas lutas pela autodeterminação dos povos e a soberania da classe trabalhadora ao redor do mundo.

Com a onda de ataques à Venezuela, culminando no sequestro do presidente Maduro e sua esposa, Cilia Flores, o imperialismo americano, principal financiador do avanço colonial israelense sobre a Palestina, mostrou que busca retomar sua hegemonia global - em crise com o avanço das outras forças imperialistas, sobretudo a China.

Aumentando as deportações violentas através do ICE; mirando também a Groenlândia, colocando em risco a maior aliança militar do mundo - OTAN -; e sancionando diversos países, inclusive o Brasil; a solidariedade proletária do mundo se torna, mais do que nunca, necessária.

Ju Sieg, uma das impulsionadoras do Movimento Boicote, Desinvestimentos e Sanções (BDS) na América Latina e no Brasil, e militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), em entrevista para o Diálogos do Sul, da Ópera Mundi, afirma que a investida na América Latina e Caribe “Não se trata de uma mudança que nos faça ‘esquecer’ a Palestina, mas de uma reconfiguração que reforça a centralidade de Israel dentro da estratégia do imperialismo estadunidense”.

Com o avanço da ofensiva do imperialismo estadunidense, deve-se buscar renovar os vínculos entre a solidariedade ao povo palestino e as lutas do proletariado do mundo frente às crescentes agressões militares dos Estados Unidos na América Latina e Caribe.

A luta da SCAI nesses 21 anos dentro e fora das universidades já denunciou o uso de armamento israelense nas favelas brasileiras, a cumplicidade do governo Lula com o abastecimento petrolífero dos tanques israelenses na Palestina ocupada e, para a Semana Contra o Apartheid Israelense 2026, o BDS anuncia o mote “A luta pela Palestina liberta todos os povos”.

A iniciativa será lançada no Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, em 21 de março, incluirá o Dia da Terra Palestina, 30 de março, e continuará durante o mês de abril em todo o mundo.

Sindical

Há alternativa para os bancários do Distrito Federal

Propondo mobilização e reconstrução pela base, movimento de oposição inscreve chapa para as eleições do Sindicato dos Bancários de Brasília.

Por Caio Andrade

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Brasília realizará eleições para a diretoria e o conselho fiscal que estarão à frente da entidade no período de 2026 a 2030. O pleito ocorrerá entre os dias 9 e 13 de março, de forma híbrida. Nesse processo, a base da categoria será chamada a decidir não apenas sobre os nomes de quem vai conduzir o sindicato no próximo quadriênio, mas, principalmente, sobre qual concepção de movimento sindical deve orientar a necessária luta dos bancários contra a exploração.

Há décadas, o Sindicato dos Bancários do DF tem sido dirigido pelo mesmo grupo político, ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Apesar de ter nascido como uma central combativa, expressão das grandes greves operárias entre o fim da década de 1970 e o início da década de 1980, a CUT converteu-se em uma máquina de conciliação, sobretudo a partir de 2003, quando abdicou de qualquer resquício de independência de classe para assumir o papel de mera correia de transmissão do governo Lula no movimento sindical. A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF), ligada à CUT, seguiu o mesmo caminho da central, aprofundando o processo de burocratização.

Conforme a avaliação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) sobre a última campanha salarial da categoria, em 2024, “as negociações entre o comando da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, Contraf/CUT, e a Federação Nacional dos Bancos, Fenaban, culminaram em um dos acordos mais rebaixados da última década”. Mas, como destaca a Fração de Bancários do PCBR, “esse cenário não difere das campanhas salariais passadas, nas quais, sem nenhuma mobilização, a categoria perdeu direitos, chegando até mesmo a ter reajustes salariais abaixo da inflação”.

Essa tendência geral é sentida pelos bancários do DF e ajuda a explicar por que, apesar de tantos ataques aos trabalhadores, nenhuma greve foi realizada nos últimos anos. O resultado é uma coleção de derrotas, que inclui achatamento salarial, metas cada vez mais desumanas, demissões em massa, expansão das terceirizações e a institucionali-



Integrantes da Alternativa Bancária DF na assembleia eleitoral. Foto: Jornal O Futuro.

zação do assédio moral, com graves impactos sobre a saúde da categoria. Enquanto isso, os maiores bancos que operam no país acumulam lucros anuais que ultrapassam a marca de 100 bilhões de reais.

Nesse contexto, em 2025, nasceu a Alternativa Bancária DF (ABDF): Reconstrução pela Base. O coletivo é fruto da união entre lutadores experientes, que enfrentam a burocracia sindical e os patrões há muitos anos, e jovens militantes que ingressaram recentemente na categoria, mas já demonstram disposição para ocupar a linha de frente na defesa dos interesses dos bancários e da classe trabalhadora como um todo, como ficou evidente na campanha salarial de 2024, entre outros momentos.

O Manifesto da Alternativa resgata o histórico combativo da categoria, citando a jornada de 30 horas semanais como exemplo de conquista arrancada por meio da mobilização. No entanto, conforme aponta o texto, “a cada campanha salarial a CONTRAF-CUT empurra a categoria a amargar maiores derrotas e frustrações”. O balanço da ABDF sobre o último Acordo Coletivo, em 2024, denuncia o papel desmobilizador da maioria das direções sindicais que, em vez de organizarem os trabalhadores para o enfrentamento com os banqueiros, acabaram contribuindo para espalhar o medo entre a categoria.

Diante disso, o coletivo fez um chamado à construção de uma oposição forte, enraizada e capaz de romper com a apatia, defendendo o protagonismo das bases nas decisões, a transparência nas negociações e o fortalecimento da organização sindical nos locais de trabalho. Esses princípios são fundamentais para barrar a retirada de direitos e

levar adiante bandeiras como o aumento salarial, o fim das terceirizações e o combate ao assédio moral.

Embora a Alternativa Bancária DF utilize as redes sociais para divulgar suas ideias e propostas, o trabalho desse novo movimento de oposição sindical vai muito além dos meios digitais. Os militantes da ABDF realizam panfletagens nas portas das agências e edifícios administrativos dos bancos, dialogando diretamente com a base sobre os problemas do cotidiano, a necessidade de organização e a importância da luta coletiva.

Os frutos desse trabalho já começaram a aparecer. No dia 16 de dezembro, mesmo após uma convocatória publicada com pouquíssima antecedência pela diretoria do sindicato — cerca de dois dias úteis —, a Alternativa conseguiu mobilizar dezenas de bancários para a assembleia presencial que definiu a composição da comissão eleitoral responsável por coordenar as eleições da diretoria e do conselho fiscal da entidade para o período de 2026 a 2030. Outro grupo, denominado Oposição Bancária, também participou desse esforço.

O bloco formado pela Alternativa Bancária e pela Oposição Bancária apresentou e defendeu sua chapa para a comissão eleitoral, aproveitando a oportunidade para politizar o debate, explicitar as diferenças de concepção sindical em relação ao cutismo, apontar as perdas da categoria no último período e afirmar a necessidade de recuperar o poder de mobilização do sindicato para defender direitos e, por meio da luta, ampliar conquistas. Mais de 70 trabalhadores votaram na chapa da oposição unificada, que conquistou, assim, o direito de ocupar uma vaga na comissão eleitoral.

Mais um passo fundamental na luta para mudar o rumo do Sindicato dos Bancários de Brasília foi dado no dia 22 de janeiro, data em que foi registrada a chapa **Alternativa Bancária DF – Reconstrução pela Base**, representada, no ato, por Rhuan Maciel, trabalhador do Banco do Brasil. Reunindo mais de quarenta nomes, de diferentes bancos, a chapa aglutina lutadores independentes e militantes de diversas correntes e organizações, todos com o propósito comum de romper com o imobilismo e fazer com que o sindicato seja uma ferramenta a serviço das reais necessidades dos bancários.

A chapa é resultado do encontro entre a resistência histórica da base combativa com a nova geração que, consciente do caráter estratégico do ramo bancário e da importância do sindicato como instrumento de organização dos trabalhadores, se somou à luta da categoria ao longo da última campanha salarial, exercendo um papel de destaque na crítica à postura recuada da maioria das direções sindicais ligadas à Contraf. O esforço dos militantes da ABDF foi decisivo para garantir que a base insatisfeita com a atual diretoria do sindicato tenha uma alternativa classista nas eleições que ocorrerão entre 9 e 13 de março.

O desafio colocado nessa disputa, contudo, não é simples. Trata-se de enfrentar a burocracia da CUT e sua poderosa máquina. Nesse cenário, a unidade da oposição será crucial. Essa unidade se constrói na luta cotidiana, no vínculo orgânico com a base e no diálogo permanente com a categoria — e não por meio de acordos artificiais entre grupos políticos e lideranças auto proclamadas. Esse é o caminho que a Alternativa Bancária vem trilhando até aqui e que deverá seguir construindo para além do próprio processo eleitoral no sindicato, seja qual for o resultado.

Siga a página da **Alternativa Bancária DF** @alternativabancariadf para mais informações sobre o movimento e as eleições do Sindicato dos Bancários de Brasília.



Assine nossa campanha de financiamento em apoia.se/jornalofuturo ou pelo QRcode e receba o jornal em sua casa mensalmente



Para colaborar através do PIX utilize o QRcode a seguir ou através da chave: contato@jornalofuturo.com.br

